

PELA MÃO DE ALICE

de
Boaventura de Souza Santos
por
Caetano Ernesto Pereira de Araújo

As onze teses que Boaventura de Souza Santos apresenta neste pequeno ensaio são de particular interesse para os estudiosos brasileiros que, nos diversos campos de conhecimento, trabalham o problema das especificidades culturais do país e o de sua transmutação, nos diferentes planos discursivos, em tentativas de construção/apreensão do que constituiria o cerne de uma identidade nacional. Pretendo sumariar, nesta resenha, as colocações do autor, debatendo, em primeiro lugar, suas contribuições explícitas para o debate análogo que se trava entre nós e, num segundo momento, aquelas, não menos relevantes, que o texto apenas indica e não discute.

Santos afirma primeiramente a inteligibilidade de Portugal. Ou seja, a palavra, no caso, expressa e encobre um objeto passível de conhecimento e não apenas o suporte para o discurso mítico e arbitrário produzido historicamente por suas elites culturais. A ciência social, no seu sentido amplo, pode e deve trabalhar a questão, determinando a especificidade do país no conjunto do sistema mundial. Nas palavras do autor, a “unicidade dos diferentes países reside tão-só no modo diferente e específico como cada um se integra no sistema mundial”. A especificidade implica, portanto, o reconhecimento não só da diferença própria a cada um, mas também o das

Boaventura de Souza Santos (1995) “Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal”, in *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora.

Caetano E. P. Araújo é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

Revista *Sociedade e Estado*, volume XI, n.º 1, Jan./Jun. 1996

semelhanças existentes, semelhanças que circunscrevem a diferença e lhe dão sentido. Para esta tarefa, apenas a ciência social disporia de ferramentas adequadas, o que explicaria o fracasso das tentativas realizadas a partir da perspectiva psicanalítica.

Sob esse ponto de vista, Portugal é caracterizado como uma sociedade de desenvolvimento intermédio. Os diferentes indicadores sociais que apresenta o colocam ora no chamado Primeiro Mundo, ora no Terceiro. A posição do país no sistema mundial foi profundamente alterada pelo fim do que Santos chama “processo de desterritorialização colonial” e o início de outro, de reterritorialização, marcado pela integração europeia e pela emigração portuguesa. A partir dessa posição dinâmica, porém objetiva, desenvolve-se uma negociação de sentido, no plano internacional, que, ao fim das contas, determinará o que efetivamente vem a ser Portugal.

Nesse quadro cabe uma tarefa importante às ciências sociais: devem produzir o conhecimento sobre o específico do país e deslocar o discurso mítico tradicional sobre o caráter português e o destino de Portugal. A ciência deveria produzir o conhecimento e levá-lo ao senso comum, a fim de construir uma identidade nacional mais “realista”, capaz de melhor aproveitar as oportunidades de negociação no âmbito mundial. O momento seria particularmente propício para tanto, uma vez que, na pós-modernidade, elementos pré-modernos, numerosos e importantes em Portugal, são passíveis de recodificação e, nessa condição, podem ser apropriados como vantagem na competição pela promoção para as posições centrais do sistema mundial.

Portugal poderia, nesse último caso, seguir os passos da Itália, e agora da Espanha, rumo ao centro. Do contrário, acomodar-se-ia na situação atual, de periferia da Europa, recebendo o parque industrial obsoleto dos países centrais, na companhia da Grécia e da Irlanda.

Isto, em linhas gerais, é o que o texto afirma. Antes de comentá-lo, é interessante resumir, de certa forma, as entrelinhas do texto, ou seja, o que é dito, mas, dado como natural e evidente por si, não merece o comentário do autor e aparece como curioso para nós, leitores brasileiros.

Em primeiro lugar, é apresentada uma síntese dos lugares-comuns mais recorrentes dos portugueses sobre si. Produzidos por uma elite distanciada do povo, assimilados desigualmente pela população, o fato é que demonstram alguma força, seja pela persistência, seja pela confirmação do olhar estrangeiro, principalmente espanhol. Para nós, brasileiros, treinados por mais de um século de debate sobre o nosso caráter nacional, debate sintetizado sucessivamente, nas três últimas décadas, pela obras de Dante Moreira

Leite, Carlos Guilherme Mota e Renato Ortiz, transparece, de imediato, a identidade dos traços levantados, lá e cá.

Passamos a saber, por exemplo, que Portugal é visto como exótico pelos demais países europeus. Que a elite portuguesa manifesta predileção pela forma literária e aversão pelas ciências aplicadas e produz, alternadamente, imagens ufanistas e depreciativas do país. Que no quadro arquetípico do português, vivo no senso comum, ocupam lugar importante a brandura dos costumes, a solidariedade e a cordialidade. Que entre eles é corrente “sobrepor a simpatia humana às prescrições gerais da lei” e, conseqüentemente, o pedido e a concessão de favores para acesso a serviços públicos, a fuga de deveres também públicos e a obtenção de condições vantajosas mesmo em transações privadas são fatos cotidianos. Que lá o homem é visto mais como pessoa do que como indivíduo, já em obra de 1924, e que as dicotomias que estão na base do Estado moderno, tais como Estado/sociedade civil, oficial/não oficial, formal/informal, público/privado, funcionam de maneira peculiar, “com dificuldades”, como diz o autor. Finalmente, que é corriqueira a existência de normas legais inaplicadas, de regulamentos à Constituição, o que configuraria uma situação de “carnavalização da política”.

Não é necessário explicitar a contraparte brasileira a todas essas colocações, do mandamento do exotismo à lei da transgressão. Encontram-se também no nosso senso comum e, detectadas e enfrentadas, em inúmeras obras de historiadores, sociólogos, críticos literários, antropólogos e psicanalistas, de Sérgio Buarque de Holanda a Roberto Da Matta, para não falar da longa tradição do olhar estrangeiro sobre o Brasil. O mais curioso é que essa similitude não é consciente de nossa parte, pois preferimos destacar nossa especificidade inclusive em relação aos portugueses. No entanto, é demasiado evidente para ser negada. Percebemo-nos, em geral, como eles se percebem. Saramago teve, portanto, razões de sobra para afirmar que não passamos de portugueses inconformados.

Em segundo lugar, chamam a atenção as razões que o discurso tradicional português invoca para explicar esses traços de caráter. Apela-se, nesse plano, à confluência de elementos étnicos (celtas, latinos e germânicos) ou geográficos. Tudo muito similar ao nosso cadinho das três, obviamente outras, raças tristes e ao nosso determinismo continental, com a oposição litoral-sertão. Mesmo a explicação sociológica, iniciada por Santos, não consegue esconder suas deficiências, quando confrontada com seu espelho d'além-mar: o caráter rural da sociedade portuguesa, principalmente a onipresença do minifúndio, responderia por grande parte dos traços levan-

tados pelo discurso mítico. Na nossa lógica simétrica, os mesmos traços são vinculados aos quatro séculos de latifúndio e ao passado escravagista, — em suma, à *plantation*, ainda presente entre nós.

Retornamos, com isto, à discussão das postulações explícitas do autor. A unicidade de um país depende certamente de uma negociação de sentido de âmbito transnacional, informada pela posição relativa de cada país no sistema mundial. Esta posição apenas não é, no entanto, base suficiente para essa negociação. Além da posição pontual a cada conjuntura, da perspectiva que podemos chamar sincrônica, a negociação de sentido se nutre da história de cada parte, da diacronia. De não ser assim, poderíamos esperar uma mudança radical, recente, na autopercepção dos italianos em virtude da sua promoção ao centro. Não só essa mudança parece inexistir, como, ao que tudo indica, os italianos atribuem sua promoção ao bom aproveitamento, numa nova situação, de características nacionais preexistentes. Ali, na verdade, teria sido aplicada a receita que Santos recomenda a Portugal: recodificação pós-moderna de elementos de sociabilidade e cultura tradicionais para a criação de vantagens comparativas na competição internacional.

A introdução da perspectiva diacrônica permitiria ao autor atenuar a ênfase estrutural-funcionalista de algumas das suas afirmações. Atribuir a persistência de padrões de solidariedade tradicional, fundados em redes de amizade e parentesco, por exemplo, ao vácuo produzido pelo fracasso do Estado português em prover os direitos sociais a todo cidadão é, para dizer o mínimo, um tanto exagerado. Permitiria também pensar esse conjunto de traços, percebido e tematizado por portugueses e estrangeiros, em relação com as especificidades da história de Portugal. Há relação entre a constituição precoce do Estado nacional, num contexto europeu, e a articulação peculiar entre as esferas do público e do privado? E, persistindo nas indagações, quais as razões sociais do transplante exitoso desse padrão específico (pessoa-indivíduo, público-privado, norma-transgressão) em nossas terras americanas? Pois, ao que o texto de Boaventura Santos indica, Portugal teve sucesso em implantar no Brasil os parâmetros socioculturais que viriam a englobar, primeiro, indígenas e africanos, depois, imigrantes de todas as procedências, produzindo um tipo específico de cidadão, ligado por semelhanças também evidentes às demais variantes ocidentais, mas dotado, contudo, de diferenças também evidentes. Essas diferenças são, como bem assinala o autor, objeto passível de conhecimento, elaboração e negociação, bem como fundamento possível para uma inserção mais favorável no sistema mundial.